



ESTUDO PREPARATÓRIO Concurso Público (ANTE PROJETO)

1. Objeto

Autorização para a realização de concurso público, visando ao posterior preenchimento cargos vagos para o cargo de Analista Administrativo de Controle Externo do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal de Contas.

2. Justificativa

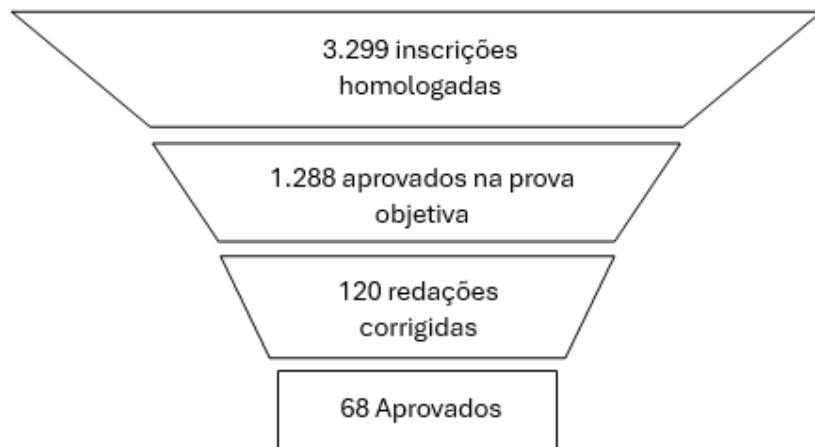
2.1. Resultados do concurso 2023

2.1.1. Dados Gerais do concurso

Descrição	Quantidade	Percentual em Relação ao Cadastro Potencial (120)
Vagas Ofertadas (imediatas)	10	-
Cadastro de Reserva Potencial (máximo)	120	100,00%
Total de Aprovados (em todas as listas)	68	56,67%
Servidores Nomeados (Tomaram posse)	48	40,00%
Servidores que permanecem (Ativos no órgão)	37	30,83%

2.1.2. Análise Detalhada dos Resultados da Seleção

Foi utilizada a análise do funil de seleção (análise de filtros e etapas eliminatórias) para revelar o impacto das fases eliminatórias no grande volume de inscritos, demonstrando o rigor do processo:



O concurso manteve um alto grau de seletividade na primeira fase. Dos 3.299 candidatos que efetivaram a inscrição, apenas 1.288 (39,04%) conseguiram a aprovação nas provas objetivas, resultando em uma taxa de rejeição de 60,96% nesta etapa.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

A seletividade manteve-se elevada na transição para a etapa de correção da redação, momento em que foi aplicado um corte de **90,70%** (de 1.288 aprovados na objetiva para apenas 120 redações corrigidas), demonstrando a rigidez dos critérios para a composição do cadastro de reserva potencial.

Dos 120 candidatos que chegaram à fase final de correção da redação, apenas **68 (56,66%)** foram aprovados. Isso significa que **43,33% dos candidatos** com potencial para compor o cadastro de reserva não atingiram a nota mínima final, o que resultou em um cadastro de reserva menos robusto do que o esperado. O concurso conseguiu formar um potencial de reposição futura de **6,8 vezes o número de vagas imediatas (68 aprovados / 10 vagas)**.

2.1.3. Análise por Categorias de Reserva/Cotas

A análise da distribuição de aprovados por cota é fundamental para avaliar a inclusão e a adequação do processo seletivo.

Descrição	Provas corrigidas	Aprovados	Aproveitamento
Ampla concorrência	60	48	80%
Cota PCD	24	9	38%
Cotas Raciais	24	6	25%
Hipossuficientes	12	5	42%
Total	120	68	57%

As categorias de cotas apresentaram taxas de aprovação significativamente menores que a Ampla Concorrência (80,00%).

2.1.4. Resultados do Concurso

A Tabela de Desistências e Desligamentos detalha as perdas no quadro de aprovados (que era de 68) e denota dificuldades quanto à atratividade e da capacidade de retenção do cargo .

Descrição	Quantidade
Candidatos que desistiram da nomeação	8
Candidatos que não tomaram posse	8
Candidatos que pediram exoneração	11
Candidatos ativos aprovados em outros concursos	15
Total	42

Os dados da tabela (8 desistências de nomeação + 8 que não tomaram posse) somam 16 perdas antes mesmo do vínculo efetivo, resultando em um resultado de 49 servidores empossados.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

Desses 49 que tomaram posse, 11 servidores se desligaram do cargo (Exoneração a Pedido), dos quais 7 foram para outros órgãos e 4 foram nomeados para o cargo de Auditor de Controle Externo do TCDF, resultando em uma taxa de rotatividade de 22% antes de 2 anos de efetivo exercício.

Vale destacar que ainda há o risco de rotatividade futura, pois 15 candidatos ativos já estão aprovados em outros concursos. Caso esses desligamentos se concretizem, somados às 11 exonerações já registradas, resultará na perda total de 26 servidores pós-posse. Nesse cenário, dos 49 empossados, apenas 22 permanecerão, elevando a taxa de rotatividade real para aproximadamente 54,2%, ou seja, o órgão será capaz de reter apenas 45,8% dos candidatos nomeados.

Descrição	Quantidade
Aprovados no Cargo de Auditor TCDF	6
Aprovados no Cargo de Auditor CGDF - Finanças e Controle *	7
Aprovados no Cargo de Auditor CGDF - Planejamento e Orçamento	1
Câmara dos deputados	2
Aprovado ACE TCE Paraná	1

*Constam 2 servidores aprovados na lista para ACE TCDF

2.1.5. Impacto Operacional do Esgotamento do Cadastro de Reserva

O Cadastro de Reserva (CR) do concurso para o cargo de Analista Administrativo de Controle Externo foi oficialmente esgotado, confirmando a fragilidade da capacidade de reposição do certame. Essa situação no curto prazo é um resultado direto da alta rotatividade, que inclui:

- 1. Perdas por Desistência Pré-Posse:** As 16 perdas (8 desistências de nomeação + 8 não tomaram posse) consumiram o cadastro de reserva antes da efetivação das nomeações.
- 2. Perdas Pós-Posse (Exonerações):** As 11 exonerações efetivadas consumiram o restante do cadastro.

O esgotamento precoce do CR significa que o TCDF não possui mais instrumentos legais para suprir as vacâncias que venham a ocorrer, forçando o quadro a operar com um déficit crônico de pessoal, apontando anteriormente nos estudos que subsidiaram a decisão para a realização do certame.

2.2. Crise de Pessoal e Urgência do Novo Concurso

A situação atual caracteriza uma crise crítica de pessoal, com a força de trabalho ativa sob intensa pressão operacional. Os itens a seguir evidenciam os principais fatores:



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

- **Déficit Imediato:** A perda de 11 servidores por exoneração, somada ao esgotamento do CR, impede qualquer reposição no curto prazo, sobrecarregando o quadro atual de servidores.
- **Aposentadorias:** Atualmente, há 5 aposentadorias já efetivadas sem reposição, além de 17 aposentadorias iminentes referentes a servidores que ingressaram antes de 1995. Adicionalmente, estima-se que 5 aposentadorias ocorrerão nos próximos quatro anos, totalizando um déficit de **27 servidores decorrente exclusivamente de aposentadorias**, considerando tanto as já realizadas quanto as projetadas para o curto e médio prazos.
- **Risco Operacional Máximo:** Os **15 servidores ativos com aprovação em outros concursos** (risco de *rotatividade latente*) representam o próximo ponto de falha. Se esses 15 se desligarem, o quadro remanescente do concurso será reduzido para apenas **22 servidores**, paralisando ou comprometendo gravemente as atividades essenciais do órgão.

Atualmente (outubro de 2025), o quadro de pessoal dos Serviços Auxiliares do TCDF conta com 120 cargos de Analista Administrativo de Controle Externo (ANACE), dos quais 31 encontram-se vagos em razão de aposentadorias e exonerações.

Embora o Tribunal tenha realizado concurso público para o cargo em 2023, com nomeações e posses ocorridas entre 2024 e 2025, fatores como a baixa atratividade do cargo frente a certames concorrentes, aliados ao elevado volume de aposentadorias, resultaram na redução do efetivo a um patamar inferior ao observado há cinco anos.

Exercício	Provido	Vagas
2020	94	26
2021	84	36
2022	83	37
2023	75	45
2024	66	54
2025	88	32

Fonte: Portal da Transparência TCDF - dados referentes a janeiro de cada ano.

Considerando o cenário projetado de 27 aposentadorias, o risco de desligamento de 15 servidores aprovados em outros concursos e a crescente dificuldade de retenção de talentos, há o risco de o quadro ser reduzido para **apenas 42 servidores**, número inferior ao menor patamar histórico registrado.

Diante deste cenário, não resta dúvida quanto à necessidade de adoção de providências com vistas a repor a força de trabalho, num prazo não muito distante, de modo a evitar o comprometimento das atividades precípuas desta Corte de Contas, uma vez que se cuida de cargos essenciais ao respectivo desenvolvimento institucional.

Diante desse contexto, torna-se imprescindível a adoção imediata das seguintes medidas:

1. Implementação de um plano de retenção de servidores, a ser incorporado ao Planejamento da Força de Trabalho do órgão;



- 2. Autorização imediata para realização de novo concurso público, garantindo a recomposição e manutenção do quadro em caso de novos desligamentos;**
- 3. Previsão de cadastro de reserva no novo concurso, preservando o rigor seletivo que assegura a excelência técnica característica do corpo funcional do Tribunal.**

A adoção tempestiva dessas providências é essencial para evitar o comprometimento das atividades precípuas da Corte de Contas, tendo em vista tratar-se de cargos estruturantes para o desenvolvimento institucional do TCDF.

3. Dos Requisitos Legais

3.1. Da previsão de autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Consoante ao previsto no Anexo IV, da Lei 7.735/25 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026, há autorização legislativa específica para a realização de concursos públicos para cargos da carreira Auxiliar do Tribunal de contas do DF, dentre eles o de Analista de Administração Controle Externo.

Neste contexto, como pode ser observado, há autorização para a realização e nomeação em concurso público de 10 Analistas Administrativos de Controle Externo, como pode ser observado na imagem abaixo:

ANEXO IV LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026 DESPESAS DE PESSOAL AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O DISPOSTO NO ART. 169, § 1º, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL										
DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO ^{ITEM 1}	PROVIMENTO ^{ITEM 2}			REESTRUTURAÇÃO ^{ITEM 4}			VALOR DAS DESPESAS TOTais AUTORIZADAS A SOFREREM ACRÉSCIMOS, NO PERÍODO ⁵		
		CARGOS	QUANT. CARGOS	CARGOS	QUANT. CARGOS	CARGOS	QUANT. CARGOS	2026	2027	2028
CREAÇÃO E/OU PROVIMENTO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES, BEM COMO ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, RECOMPOSIÇÕES SALARIAIS E REESTRUTURAÇÕES DE CARREIRAS										
1	PODER LEGISLATIVO	388	80		2.754		188.400.523	235.960.370	240.762.691	
1.1	Câmara Legislativa do DF	350	50		350		107.547.534	134.351.818	138.113.907	
1.1.1	Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público						10.515.124	13.058.715	13.530.980	
1.1.2	Projeto em Elaboração (Projeto S/N)	Criação de cargos e funções comissionadas	350				17.393.519	17.393.519	17.393.519	
1.1.3	Projeto em Elaboração (Projeto S/N)						56.536.621	76.220.059	79.021.481	
1.1.4	Projeto em Elaboração (Projeto S/N)						13.223.870	17.759.125	18.247.527	
1.1.5	Projeto em Elaboração (Projeto S/N)						9.978.400	9.920.400	9.920.400	
1.2	L2 - Tribunal de Contas do DF	18	30		2.404		80.852.989	101.608.552	102.648.784	
1.2.1	Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público						954.677	2.954.954	2.954.954	
1.2.2	Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público						954.677	2.954.954	2.954.954	
1.2.3	Autorização para Realização e Nomeação em Concurso Público						641.181	1.984.606	1.984.606	

3.2. Das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal

Com base nas simulações de impacto sobre a folha de pagamento de pessoal, de acordo com estudo recente de impacto orçamentário, elaborado pelo Serviço de Pagamento de Pessoal – SEPAG (Peça 02), já foram contempladas as nomeações de 10 (dez) novos servidores da carreira de Analista Administrativo de Controle Externo. Os resultados desse levantamento foram utilizados para subsidiar a elaboração do Projeto de Lei nº 1.805/2025, que trata da ampliação do quadro de pessoal desta Corte.

Com base nessas simulações, a Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças – SECOF informou que o impacto decorrente das futuras nomeações não compromete o limite de despesas com pessoal do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Segundo os cálculos apresentados, o percentual estimado de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida do Distrito Federal será de 1,13% em 2026 e 1,11% em 2027, valores inferiores ao limite máximo de 1,30% estabelecido para este Tribunal.

Dessa forma, o impacto orçamentário e fiscal das contratações encontra-se devidamente avaliado e em conformidade com os artigos 19, 20, 21 e 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, não havendo impedimentos sob a ótica dos limites legais de despesa com pessoal.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

4. Do Objeto do Concurso Público

4.1. – Das Vagas:

Cargo	Quantidade de vagas*
Analista Administrativo de Controle Externo – ANACE	10

*com formação de cadastro reserva

4.2. Das etapas dos certames

Os concursos em questão serão realizados em Brasília, observadas as seguintes etapas:

Cargo	Etapas	
	Etapa 1 – Provas Objetivas	Etapa 2 – Provas discursivas
Analista Administrativo de Controle Externo – ANACE	SIM	SIM

4.3. Da remuneração inicial

Cargo	Remuneração inicial
Analista Administrativo de Controle Externo – ANACE	R\$ 14.207,61

Lei nº 7.514/2024

4.4. Os requisitos legais para investidura nos cargos

Conforme consta estabelecido nas leis relativas a cada carreira ou cargo, conforme cada caso, os requisitos de escolaridade, formação e demais requisitos assemelhados serão os seguintes:

Cargo	Requisitos	Fundamentação legal
Analista Administrativo de Controle Externo – ANACE	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de nível superior, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).	LEI N° 4.356, DE 03 DE JULHO DE 2009, aterada pela Lei 7.257 de 03 de maio de 2023 e a Resolução 383 de 05 de junho de 2024.

4.5. Da legislação distrital aplicável aos concursos públicos

Além das disposições legais previstas na Constituição Federal e nas leis de abrangência nacional relativas aos concursos públicos, deverão ser observados os requisitos, parâmetros, critérios e demais exigências estabelecidas nas normas abaixo indicadas, as quais dispõem sobre a realização de concursos públicos para provimento de cargos no âmbito do Distrito Federal:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88);
- Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF);
- Lei Complementar nº 01/1994 – Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal;



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

- Lei Complementar Distrital nº 840/2011 – Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais;
- Lei Distrital nº 4.949/2012 - Estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal;
- Lei Distrital nº 5.818/2017 - Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos no âmbito do Distrito Federal para os eleitores que tenham prestado serviço eleitoral;
- Lei Distrital nº 6.321/2019 – Reserva, aos negros e negras, 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos, no âmbito da administração pública, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas, das sociedades de economia mista controladas pelo Distrito Federal e do Poder Legislativo, nos termos do que dispõe a [Lei federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014](#).
- Lei Distrital nº 6.741/2020 - Reserva aos comprovadamente hipossuficientes 10% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista no Distrito Federal.
- Lei Distrital nº 5.968/2017 - Dispõe sobre a redução no valor da taxa de inscrição em concursos públicos realizados no Distrito Federal para cadastrados no banco de dados como possíveis doadores de medula óssea;
- Lei nº 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Decreto Federal nº 3.298/1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;
- Decreto Federal nº 6.949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- Lei Distrital nº 6.637/2020 - Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal
- Lei Distrital nº 4.317/2009 - Institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 4.356/2009 - Institui o Plano de Carreira, Cargos e Remunerações dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências;
- Lei Distrital nº 7.514/2024 - Dispõe sobre a estrutura remuneratória dos cargos efetivos e sobre a recomposição parcial dos vencimentos dos cargos efetivos, dos cargos de natureza especial, dos cargos em comissão e das funções de confiança do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal



4.6. Do cronograma inicial

CRONOGRAMA

CONCURSO - ANALISTA ADMINISTRATIVO DE CONTROLE EXTERNO

Atividades	2025						2026								
	outubro	Novembro	Dezembro	Janêiro	Fevereiro	Março	Abri	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48	18 28 38 48
Dimensionamento e levantamento do deficit técnico da força de trabalho															
Elaboração de estudo preliminar de viabilidade técnica															
Encaminhamento do estudo para autorização do plenário															
Elaboração dos documentos técnicos para o planejamento da contratação.															
Contratação															
Constituição de comissão e Elaboração de edital															
Publicação do Edital															
Realização do Concurso [Aplicação de provas e demais etapas]															
Divulgação de resultados recursos															
Resultado final															

5. Da Realização do Concurso

5.1. Solução Escolhida:

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) não dispõe de unidade operacional ou órgão especializado no serviço de elaboração e execução de processo seletivo de pessoal por meio de concurso público, razão pela qual fez-se necessário elaborar o presente estudo, com vistas a autorização para contratação da instituição especializada na realização de concursos públicos.

5.2. Da Forma de Contratação:

A realização de concurso público é espécie de serviço que exige capacidade organizacional específica. Envolve expressiva quantidade de atividades e significativo empenho na realização dos serviços, com foco simultâneo no alto nível de avaliação dos candidatos, na preservação da segurança e confiabilidade dos procedimentos, a fim de não frustrar os objetivos do certame por nulidades.

Isto impõe que a contratada disponha de estrutura adequada, capacidade técnica e operacional para realizar o objeto da contratação, tenha notória e comprovada reputação éticoprofissional, aliada a vasta experiência na realização de concursos públicos de grande porte, dirigidos a cargos com a envergadura dos que constam especificados no presente estudo.

Considerando as circunstâncias de fato supracitadas, bem como a essencialidade de realização do concurso público em tela, para o desenvolvimento institucional do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), pretende-se efetivar a presente contratação com fundamento no art. 75, inciso XV, da lei Federal nº 14.133/2021:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

XV – para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

não tenha fins lucrativos;”.

Dos dispositivos legais supracitados identificam-se os seguintes requisitos de qualificação necessários à contratada:

- ser entidade brasileira e não possuir fins lucrativos;
- possuir a atividade de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional, prevista regimentalmente ou no estatuto da instituição;
- deter comprovada idoneidade e reputação ético-profissional na estrita área para a qual está sendo contratada.

Em relação à contratação por com fulcro no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, frise-se que o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) possui o Enunciado nº 109, in verbis:

SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA - ENUNCIADO Nº 109

Dispensa de licitação.

Na aplicação do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, atendidos os demais requisitos que a norma indica, deve ser comprovada, especificamente, a estrita compatibilidade e pertinência entre o objeto a ser contratado e o objetivo social da instituição que ensejou a reputação ético-profissional, além de demonstrar que essa dispõe de estrutura adequada à suficiente prestação daquele, vedada a subcontratação.

Em que pese a referência ao art. 24, inciso XIII da Lei 8.666/93, trata-se do mesmo instituto previsto na nova Lei de Licitações, autorizando a contratação administrativa direta, desde que atendido os requisitos legais.

De igual forma, o Tribunal de Contas da União (TCU) possui acórdãos concluindo pela possibilidade de contratação direta de instituição organizadora de concurso público, como exemplo, pode-se citar os seguintes excertos:

o entendimento hodierno desta Casa é no sentido da possibilidade na contratação direta, com dispensa de licitação, de entidade para a realização de concurso público, nos termos do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993, desde que respeitadas as exigências do referido dispositivo legal (...) Não obstante, impõe-se reconhecer que a interpretação do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/1993 não suporta toda e qualquer contratação direta de instituição para realização de concurso público, mas apenas de instituições que atendam aos requisitos constantes do próprio texto legal, ou seja: ser brasileira, não ter fins lucrativos, apresentar inquestionável reputação ético-profissional, ter como objetivo estatutário-regimental a pesquisa, o ensino ou o desenvolvimento institucional. Além disso, a instituição deve deter reputação ético profissional na estrita área para a qual está sendo contratada (Decisão 908/1999-Plenário-TCU) e o objeto contratado deve guardar correlação com o ensino, pesquisa ou o desenvolvimento institucional" (Acórdão 2360/2008, Segunda Câmara, Relator Ministro André de Carvalho). (grifo nosso).

20. (...) Particularmente, sou um dos que advogam que as fundações de apoio têm um papel importante a desempenhar na área de concursos públicos e de exames vestibulares, atividade na qual algumas fundações têm se destacado notavelmente. É o caso, por exemplo, do Cespe, ligado à Universidade de Brasília, que tão valioso auxílio tem prestado ao nosso ISC na sua missão exitosa de dotar esta Corte com quadro de pessoal altamente qualificado, como se reconhece unanimemente.

21. Os Acórdãos 569/2005 e 1.561/2009, ambos do Plenário deste Tribunal, seguem a trilha do cabimento da contratação dessas entidades para a realização de concursos públicos, sem licitação, desde que o gestor



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

demonstre cabalmente a relevância dos profissionais visados para o desenvolvimento institucional do órgão ou entidade interessada. Eis o que diz o sumário do último acórdão citado:

'É permitida a contratação direta, com base no art. 24, inciso XIII, da Lei n. 8.666/1993, de instituição para promoção de concurso público, desde que observados os requisitos do mencionado artigo, bem como demonstrado, com critérios objetivos, no plano estratégico do órgão ou em instrumento congênero, a essencialidade do preenchimento do cargo objeto do concurso público para o seu desenvolvimento institucional' (Acórdão 1.339/2010, Primeira Câmara, Relator Ministro Augusto Nardes) (grifo nosso)¹²

Obtempera ressaltar ainda o teor da deliberação tomada pelo. Plenário deste Tribunal de Contas, na Decisão nº 4310/2019, quando fixou entendimento a respeito da contratação de instituição especializada na realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos:

"a) não há como caracterizar o concurso público como um serviço prestado pelo Estado, principalmente porque não tem o objetivo de satisfazer, por si só, qualquer necessidade da coletividade. Trata-se de um procedimento jurídico-constitucional preparatório e obrigatório para preenchimento de cargos e empregos públicos; b) o concurso público pode ser elaborado diretamente pelo Estado, ou mediante a contratação de banca examinadora, a teor do disposto no art. 2º, § 1º, da Lei n.º 4.949/2012".

Nesse sentido, cabe destacar que o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe é uma **associação civil sem fins lucrativos**, resultante da alteração da natureza jurídica do antigo CESPE. Tal informação encontra-se prevista no estatuto da entidade, disponível em seu site oficial.

O referido estatuto, em seu art. 5º, incisos IV e V, estabelece como finalidades precípuas da instituição os seguintes objetivos:

- a) o desenvolvimento de atividades de suporte técnico e logístico a instituições públicas e privadas na área de avaliação e seleção;
- b) as prestações de serviços relacionados à sua finalidade, em especial a realização de concursos públicos, processos de seleção, exames e avaliações, certificações, acreditações e correlatos.

Ressalte-se que o CEBRASPE goza de renome e projeção de âmbito nacional, sendo notoriamente reconhecido por realizar concursos públicos, processos seletivos e vestibulares de grande porte, com reconhecida seriedade, efetividade, segurança e excelência acadêmica.

O CEBRASPE é detentor da expertise acumulada em mais de 20 anos de experiência na área de planejamento e execução de seleções, avaliações e certificações em todo o país. Instituições como o Supremo Tribunal Federal (STF), o

¹ No mesmo sentido pode-se citar a Súmula nº 287 do TCU: "É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado".

² Pela viabilidade de contratação de concurso público por dispensa de licitação, destacam-se ainda os seguintes precedentes do TCU: Acórdão 569/2005 – Plenário; Acórdão 950/2010 – Plenário; Acórdão 1111/2010 – Plenário; Acórdão 3019/2012 – Plenário; Acórdão 2139/2014 – Plenário; e Acórdão 2109/2008 – 2ª Câmara.



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério Público da União (MPU), a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Câmara dos Deputados (CD), o Senado Federal (SF), o Instituto Rio Branco (IRBR/MRE), o Banco do Brasil S.A. e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) incluem-se no extenso grupo que demonstra a credibilidade deste Centro para a realização de seleções, concursos, avaliações educacionais e certificações.

Conforme informações do Cebraspe, nos últimos 5 (cinco) anos a referida entidade realizou expressiva quantidade de concursos públicos, em todo o território nacional, em atendimento a órgãos e entidades públicas de todas as esferas, com milhares de candidatos inscritos, a saber:

INSTITUIÇÃO/EVENTO	Inscritos
2024	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEXBRASIL)	1.550
AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA)	12.076
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL)	13.786
BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB)	38.404
CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ/AL	7.075
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA (CAGEPA)	9.438
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA (CODEVASF)	12.094
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)	24.709
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE (DPE/AC)	1.022
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)	1.355
PSS ÁREAS DE INFRAESTRUTURA, IMPLEMENTAÇÃO E MONITORAMENTO DE PROJETOS EDUCACIONAIS	
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)	1.435
PSS ANALISTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	
INSTITUTO RIO BRANCO (IRBr)	8.525
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS (MPGO)	1.572
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (MPE/TO)	15.708
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (MPO)	12.763
PREFEITURA DE MOSSORÓ/RN	5.251
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL MÉDIO	5.321
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, DE NÍVEL MÉDIO E DE NÍVEL FUNDAMENTAL	7.241
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	
CARGO DE PROCURADOR	440
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	
CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL	2.365
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ (PGE/PR)	5.207
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT	1.444
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG/CE)	6.342
SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE)	2.241



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ)	45.462
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TC/DF)	2.328
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE (TCE/AC)	5.349
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (TCE/PR)	6.583
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)	
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL UNIFICADO DA JUSTIÇA ELEITORAL	637.593
2023	
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) - SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTAGIÁRIOS	12.980
AGÊNCIA ESTADUAL DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE MATO GROSSO (AGER MT)	5.722
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL (ANAC)	9.942
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)	5.449
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)	8.549
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)	6.134
CONSELHO NACIONAL DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)	5.247
CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq)	1.318
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	21.127
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CGE-RJ)	2.487
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ (CFO/BM/2023)	6.379
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARÁ (CFP/BM/2023)	31.683
EMPREL	1.208
EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA – DATAPREV S.A.	28.815
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRAÍLIA (FUB UnB)	18.220
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)	8.939
ITAIPU BINACIONAL	21.293
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	758
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS (FINEP)	10.547
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI) INSTITUTO NACIONAL DA MATA ATLÂNTICA (INMA)	560
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA (INPA)	975
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA (LNA)	70
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)	32.593
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)	9.445
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)	3.288
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI)	6.925



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA (MMA)	33.697
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MPE/BA)	4.877
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA (MPE/RO)	1.662
MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MP/SC)	2.924
NAV BRASIL SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO AÉREA S.A.	3.232
PETROBRAS	115.291
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO (PCPE)	48.891
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PM/SC - SOLDADO	13.458
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA PM/SC - OFICIAL	2.813
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PMPA) - OFICIAL	6.493
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PMPA) - PRAÇAS	89.722
PREFEITURA DE BOA VISTA	12.318
PREFEITURA DE JOINVILLE/SC	4.009
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI	22.069
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE	8.593
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE RORAIMA (PGE/RR)	1.855
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ (PGE/PA)	2.525
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (PGE/RN)	4.750
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE (PGE/SE)	3.000
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE NATAL (PGM/NATAL RN)	3.027
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (PGM/SP)	9.316
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DO RECIFE (SEDUC/RE)	17.657
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	21.579
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ACRE (SEFAZ/AC)	22.639
SEFIN – Fortaleza (CE)	9.985
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI) – DEPARTAMENTO REGIONAL DE SÃO PAULO	5.741
TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. (TBG)	8.193
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF) CARGO 1: ANALISTA ADMINISTRATIVO DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE GESTÃO – ESPECIALIDADE SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS	3.299
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF) CARGO 2: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA AUDITORIA	2.860
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF) CARGO 3: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA ESPECIALIZADA – ESPECIALIDADE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ORIENTAÇÃO SISTEMAS DE TI	1.240
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (TCE/MS)	377
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT) - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO	7.952
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA TJ/SC	2.077



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

- Notários	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (TJ/CE)	35.639
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TJ/ES)	19.801
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO (TST)	3.204
2022	
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - CONCURSO	3.710
AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - PSS	3.480
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL) 01	1.112
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL) 02	396
BANCO DO NORDESTE	2.740
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (BANRISUL)	3.458
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA (CBM/RO)	699
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA (DEFENSOR)	1.228
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (SERVIDOR)	18.220
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO (FUNPRESP)	2.489
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)	1.023.501
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - PSS	3.209
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - PSS	829
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (PROMOTOR)	4.296
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE (PROMOTOR)	3.196
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PROCURADOR DE CONTAS)	410
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SERVIDOR)	5.271
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE (PROMOTOR)	1.017
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS (DELEGADO)	15.252
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (DELEGADO)	9.177
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA	19.812
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL (PROCURADOR)	6.905
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PARÁ (PROCURADOR)	1.800
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (SERVIDOR)	11.262
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DO RECIFE/PE (PROCURADOR)	3.519
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA	920
POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO DE ALAGOAS (POLC/AL)	17.840
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA (POLITEC)	4.790
PREFEITURA DE JOINVILLE/SC	6.108
PREFEITURA DE MARINGÁ/PR (MÉDICO)	288
PREFEITURA DE MARINGÁ/PR (SERVIDORES DE NÍVEL SUPERIOR)	9.251
PREFEITURA DE MARINGÁ/PR (PROFESSOR)	4.387



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO/SE	4.114
REDE SARAH HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO – SELEÇÃO 01 (TÉCNICO DE ENFERMAGEM)	13.708
REDE SARAH HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO – SELEÇÃO 02	5.933
REDE SARAH HOSPITAIS DE REABILITAÇÃO – SELEÇÃO 03	8.924
SECRETARIA DE ESTADO DE CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	3.577
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEE/PE (ANALISTA E ASSISTENTE)	75.922
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEE/PE (PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA)	45.086
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SEE/PE (PROFESSOR DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E MÚSICA)	854
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA (SEPLAN/RR)	1.953
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB (AUDITOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO)	224
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE/PB (MÉDICO)	309
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	1.105
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – TJMA (JUIZ)	2.581
2021	
AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - PSS	618
AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS (APEX-BRASIL)	1.750
BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. (BANESE)	24.335
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO CEARÁ	3.114
CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE	2.263
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	19.057
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO TOCANTINS	15.917
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA (SERVIDOR)	10.244
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE (DEFENSOR)	5.300
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (DEFENSOR)	2.670
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PIAUÍ (DEFENSOR)	2.160
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (DEFENSOR)	3.190
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS (DEFENSOR)	1.816
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	321.615
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	304.330
FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA	694
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – RES. MÉDICA	609
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – RES. MULTIPROFISSIONAL	570
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - AGENTE PESQUISA MAPEAMENTO	57.893
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -	14.623



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

AGENTE DE PESQUISAS POR TELEFONE (APT)	
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - SUPERVISOR DE COLETA E QUALIDADE	51.164
INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE (IBAMA)	151.062
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBIO)	33.217
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - PSS	826
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (SERVIDOR)	7.292
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (PROMOTOR)	2.928
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS (PROMOTOR)	1.316
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ (PROCURADOR DE CONTAS)	308
PETROBRAS	160.567
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA PARAÍBA	95.424
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS - AGENTE E ESCRIVÃO	43.073
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE	12.575
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DELEGADO	12.360
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	67.884
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA	12.468
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO	2.193
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE ALAGOAS	4.590
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	1.494
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	1.477
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA	4.714
PROCURADORIA - GERAL DO ESTADO DO CEARÁ	3.989
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS	29.372
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS	6.197
SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DE SERGIPE	3.291
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO ESTADO DE RORAIMA (AUDITOR FISCAL)	3.740
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ	15.091
SECRETARIA DE ESTADO DE RESSOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE ALAGOAS	11.484
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SERES/PE)	17.909
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	1.835
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE ALAGOAS	32.194
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SINFRA/MT)	739
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. (TELEBRAS)	8.374
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ (ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO)	1.105
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – TCE/RJ (TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO)	13.947
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA 2020	8.748
ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARANÁ	6.164
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ	30.601



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN)	179.691
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)	Em andamento, após suspenso em razão da Pandemia
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (PROMOTOR)	4.482
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL (PCDF) - AGENTE	88.891
PREFEITURA DE BARRA DOS COQUEIROS/SE	75.781
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO)	5.864
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (PROCURADOR DE CONTAS DO MPC/DF)	564
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	10.233
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (ANALISTA)	35.733
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TÉCNICO)	71.385
2019	
CONSELHO TUTELAR DO DISTRITO FEDERAL	4.147
CONTROLADORIA E OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ (AUDITOR)	7.519
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	10.263
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – MULTIPROFISSIONAL 2020	857
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – RESIDÊNCIA MÉDICA 2020	783
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (PROCURADOR)	486
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ (SERVIDOR)	7.445
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (PROMOTOR)	7.782
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (SERVIDOR)	28.979
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ (PROMOTOR)	2.525
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL - ESCRIVÃO	52.636
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE - DELEGADO	4.677
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	129.152
PREFEITURA DE SÃO CRISTOVÃO	5.014
PROCESSO SELETIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA CONCILIADOR E JUIZ LEIGO	30.627
PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL	59.038
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SERVIDOR	19.923
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA - PROCURADOR	585
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE ALAGOAS (SEFAZ/AL) - AUDITOR	8.207
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL (SEEC/DF)	15.949
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL	18.655
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA -	354



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

PROCURADOR	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SERVIDOR	2.781
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA – JUIZ	7.382
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - NOTÁRIOS	696
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS - SERVIDOR	68.750
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – JUIZ	3.316
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ – SERVIDOR	69.814
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – SERVIDOR	149.789
2018	
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	108.315
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – ÁREA ADMINISTRATIVA	20.161
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – ÁREA ASSISTENCIAL	53.716
EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – ÁREA MÉDICA	4.009
EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA	13.675
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	14.076
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – 2018/1 – RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL	338
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – 2018/1 – RESIDÊNCIA MÉDICA	782
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – RESIDÊNCIA MÉDICA 2019	669
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB) – MULTIPROFISSIONAL 2019	449
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	5.836
INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	13.336
INSTITUTO HOSPITAL DE BASE DO DISTRITO FEDERAL – 2018	10.258
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	65.252
INSTITUTO RIO BRANCO – CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA	5.295
MINISTÉRIO PÚBLICO DO PIAUÍ	16.550
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	264.939
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SERGIPE – DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL DA 3ª CLASSE	4.677
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	147.764
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA	3.582
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS	28.729
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS	3.431
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FAZENDÁRIO	12.030
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TÉCNICO TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL	9.005
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	66.612
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ	11.356
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA – JUIZ	7.001



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

SUBSTITUTO	
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ	7.036
2017	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA (ABIN)	64.882
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS – CBMAL (COMBATENTE)	11.480
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE – DPE/AC (DEFENSOR)	1.291
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS – DPE/AL (DEFENSOR)	2.937
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU (DEFENSOR)	12.548
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – HUB (RESIDÊNCIA MULITPROFISSIONAL)	268
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – HUB (RESIDÊNCIA MÉDICA)	732
INSTITUTO RIO BRANCO – IRBR (CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	5.939
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA – MPE/RR (PROMOTOR)	2.150
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO GOIÁS – SEGPLAN (DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO)	13.311
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SERGIPE – PGE/SE (PROCURADOR)	4.031
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA	7.493
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA (POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL)	13.290
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS – PM/AL (SOLDADO)	57.382
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MARANHÃO – PC/MA	14.146
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO – PM/MA	102.738
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE	7.846
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – SEMAD	30.968
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEE/DF	152.123
SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO	8.148
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – TCE/PE	23.115
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (JUIZ SUBSTITUTO)	7.720
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA	61.249
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – TRE/PE	57.822
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS – TRE/TO	14.291
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (SERVIDOR)	174.106
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (JUIZ SUBSTITUTO)	7.674
2016	
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – ANVISA	60.481
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	4.298
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO (ADMINISTRATIVO)	116.428
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO	5.652



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER JUDICIÁRIO – FUNPRES-P-JUD	4.957
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB (SERVIDOR)	13.510
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL	1.087.864
INSTITUTO RIO BRANCO – IRBR (CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	4.925
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	57.766
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS	3.054
SEBRAE NACIONAL – CERTIFICAÇÃO	4.060
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SDS/PE (CIENTÍFICA)	10.476
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO – SDS/PE (CIVIL)	53.717
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DO GOIÁS – SEGPLAN (AGENTE DE POLÍCIA SUBSTITUTO E ESCRIVÃO DE POLÍCIA SUBSTITUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS)	31.331
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (AUDITOR FISCAL DE CONTROLE EXTERNO)	12.937
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ	26.273
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (ANALISTA DE CONTROLE)	7.576
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ (AUDITOR)	902
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL)	5.145
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (JUIZ SUBSTITUTO)	1.841
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO	35.539
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO (TÉCNICO JUDICIÁRIO)	2.628
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ (ANALISTA E TÉCNICO JUDICIÁRIO)	15.492
2015	
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (ADVOGADO DA UNIÃO DE 2ª CATEGORIA)	23.667
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ – CGE/PI	1.718
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – DEPEN	52.596
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO – DPE/PE	4.062
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – DPE/RN	3.064
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO – DPU	13.012
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	24.599
INSTITUTO RIO BRANCO (PROGRAMA DE AÇÃO AFIRMATIVA / BOLSA-PRÉMIO DE VOCAÇÃO PARA DIPLOMACIA)	851
INSTITUTO RIO BRANCO (CONCURSO DE ADMISSÃO À CARREIRA DE DIPLOMATA)	5271
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ENAP)	35.934



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	17.442
PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR (PROCURADOR)	3.315
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	71.420
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (AUDITOR)	309
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (SERVIDOR)	1.548
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (AUDITOR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO)	9.417
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (PROCURADOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU)	563
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO)	38.723
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. (TELEBRAS)	4.180
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (JUIZ SUBSTITUTO)	4.008
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO)	3.399
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (SERVIDOR)	71.833
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE GOIÁS	2.6966
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE MATO GROSSO	16.663
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PIAUÍ	15.490
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	20.045
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)	8.350
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO)	5.692
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	1.020
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SEC/BA)	6.065
2014	
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL	44.656
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ	51.219
CAIXA ECONÔMICA (CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)	19.870
CAIXA ECONÔMICA (CARREIRA ADMINISTRATIVA)	1.156.790
CÂMARA DOS DEPUTADOS	91.108
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA – CADE	11.024
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (PRIMEIRO-TENENTE DO QUADRO DE OFICIAIS)	1.876
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ (SOLDADO DA CARREIRA DE PRAÇAS)	9.422
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (ADMINISTRATIVO)	324.527
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL)	98.127
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB	2.616
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE –ICMBIO	54.182
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI	8.836
INSTITUTO RIO BRANCO – IRBR (CONCURSO PARA ADMISSÃO	4.152



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

À CARREIRA DE DIPLOMATA)	
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC	939
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC	21.284
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE	116.494
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE – MPE_AC	1.091
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ – PMCE	4.291
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA – PGE_BA	7.100
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ – PGE_PI	3.179
RESIDÊNCIA MÉDICA UNIFICADA	1.034
SEBRAE NACIONAL (PROGRAMA TRAINEE)	2.726
SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS – SUFRAMA	29439
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL – TCDF	28.715
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA – TCE_PB	659
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO)	8.513
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO DISTRITO FEDERAL)	1.579
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DA BAHIA)	8.984
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE – TJSE	18.969
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE (OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS DE NOTAS E DE REGISTRO DO ESTADO DE SERGIPE)	1.097
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – TJCE	59.166

A excelência acadêmica, técnica e operacional revela-se no modo característico de gerir os concursos que lhe são demandados e, de modo distinto, na sistemática e nos instrumentos de avaliação exclusivos, que privilegiam a avaliação de competências e habilidades, por meio de abordagem contextualizada e interdisciplinar, que integra teoria e prática.

Em visitas realizadas em certames anteriores (2012 a 2024) foi constatada que a capacidade de execução é suportada por considerável parque tecnológico próprio, que possibilita a impressão de provas, a digitalização e interpretação de imagens de documentos, assim como o processamento de informações em ambiente controlado e submetido a procedimentos de sigilo e integridade.

Decorre da natureza, envergadura, nível de conhecimento e de responsabilidade do cargo previsto neste estudo preparatório, o qual será alvo de concurso público, que o respectivo certame envolva etapas e procedimentos mais complexos, exigindo assim adequada infraestrutura, consolidada capacidade de gestão e organização, sem os quais os resultados podem não ser satisfatórios.

Neste aspecto, além da comprovada competência na realização de concursos, a instituição em referência destaca-se ainda por dispor de consolidada estrutura de atendimento e suporte a candidatos, assim como de comunicação e divulgação.

Segundo informações colhidas na rede mundial de computadores, o Cespe/Cebraspe, acumula larga experiência em avaliar programas e sistemas



Tribunal de Contas do Distrito Federal

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

SUPERVISÃO DE SELEÇÃO, LOTAÇÃO E ESTÁGIOS

educacionais, projetos governamentais, currículos escolares, sendo que os próprios procedimentos seletivos da Universidade de Brasília são por ele conduzidos.

Em âmbito nacional, destaca-se o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e a Avaliação da Educação Básica (Saeb), desenvolvidos pelo Ministério da Educação. Nos últimos seis anos, o Centro produziu avaliações, que contaram com a participação de aproximadamente 20 milhões de estudantes.

6. Dos Pedidos

Por todo exposto, encaminho o presente processo a essa Secretaria de Gestão de Pessoas, com vistas ao crivo do Sr. Secretário-Geral de Administração, sugerindo a adoção das seguintes providências:

I – conhecimento do presente estudo preliminar, visando a autorização para início dos procedimentos jurídico-constitucionais preparatórios e obrigatórios com vistas ao provimento do cargo de Analista Administrativo de Controle Externo, mencionado no item 1 acima, mediante a contratação de instituição especializada na realização de concursos públicos, na forma detalhada no item 5 deste estudo;

II - submeter os presentes autos ao conhecimento da insígne Presidência desta Corte, seguindo-se a apreciação e deliberação pelo e. Plenário, na forma prevista submeter o matéria em causa ao conhecimento e deliberação do e. Plenário, conforme previsto no art. 2º, inciso IV *in fine*, do Regimento Interno desta Corte;

Brasília (DF), em 16 de outubro de 2025.

(assinado eletronicamente)

NORTON FERRAZ SANCHES

Supervisão de Seleção, Lotação e Estágios

Supervisor